

Editoriais / Editorials

Universidade, cultura e políticas culturais

Antonio Albino Canelas Rubim¹

Na fase atual de nossa história o elemento de utopia de que necessitamos somente poderá vir da política cultural. (Celso Furtado).

A instituição universitária, milenar no mundo e apenas centenária no Brasil, enfrenta na contemporaneidade múltiplos desafios. Alguns deles antigos, mas hoje atualizados em horizontes que os potencializam, a exemplo da inserção internacional do conhecimento, agora inscrita em um mundo glocal, no qual os fluxos se realizam cotidianamente de modo planetário em tempo real. A universidade sempre funcionou alicerçada em parâmetros e relações internacionais. A contemporaneidade acentua o caráter cosmopolita da instituição e, simultaneamente, demanda, cada vez mais, sua integração local, como instituição comprometida com o desenvolvimento e a democracia de sua sociedade.

Outros desafios são constantemente renovados como ocorre na formação profissional em um ambiente de velozes transformações sociotecnológicas, que destrói e cria profissões. Tais mutações não podem jamais esquecer o dever “ser utópico” de práticas, teorias e valores inerentes à qualificada formação e ao exercício profissional, em uma ótica de compromisso cidadão. A Universidade não pode formar para o mercado, como muitos insistem apressadamente, pois o mercado de

trabalho se encontra em acelerada mudança. A Universidade deve ter capacidade de antever as transformações sociotecnológicas do mundo do trabalho. Ela não pode estar aprisionada às modalidades existentes de exercício profissional, com suas perfeições e imperfeições, mas ser capaz de lidar com o trabalho profissional, no limite máximo possível, de qualidade técnica e exigência ética.

O conhecimento contemporâneo, em mutação acelerada, introduz um novo componente na vivência universitária. A articulação entre ensino, pesquisa e extensão, necessita ser completada com a perspectiva de uma educação permanente. Ou seja, o compromisso da universidade pública com o constante retorno dos ex-alunos para atualizações do conhecimento, imprescindíveis a cidadãos e profissionais sintonizados com as exigências da atualidade. Ao tripé ensino, pesquisa e extensão, que identifica a Universidade, parece necessário acrescentar, além de sua atividade de graduação e pós-graduação, outro componente voltado à educação permanente dos profissionais no mundo contemporâneo. Não se forma mais profissionais para o resto da vida, como antes, mas profissionais que requerem uma continuada

1. Pós-doutorado em Políticas Culturais pela Universidade de Buenos Aires, Argentina e Universidade Nacional de San Martín, Peru; professor no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade e do Programa de Artes Cênicas da Universidade Federal da Bahia, Brasil; pesquisador do CNPq e do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT); ex-Secretário de Cultura do Estado da Bahia. E-mail: albino.rubim@gmail.com / Post-doctorate in Cultural Policies, University of Buenos Aires, Argentina and National University of San Martín, Peru; professor in the Multidisciplinary Program of Post-Graduation in Culture and Society and the Program of Performing Arts of the Federal University of Bahia, State of Bahia, Brazil; researcher at CNPq and the Center for Multidisciplinary Studies in Culture (CULT); former Secretary of Culture of the State of Bahia. E-mail: albino.rubim@gmail.com.

atualização, devido à vertiginosa mutação do conhecimento na contemporaneidade.

O velho desafio da formação técnica articulada com a humanística, cultural e científica retorna para além dos estritos anos de graduação universitária (READINGS, 2002). A abertura da instituição para o reconhecimento oriundo de fora da universidade se torna desafio para sua melhor conexão com a sociedade e as múltiplas modalidades de conhecimento existentes no presente. É indispensável ser consciente que a escola e a Universidade já não detêm o monopólio do conhecimento no mundo atual. Ele, o conhecimento, é produzido e transmitido por diferenciadas instituições e redes, a exemplo dos meios de produção e difusão de bens culturais (CERTEAU, 1995). Tal reconhecimento floresce como requisito para viabilizar uma universidade aberta a seu entorno imediato e longínquo. A abertura para o reconhecimento e encontro de saberes interpela a Universidade que se deseja contemporânea. Diálogo intercultural, promoção e preservação da diversidade cultural aparecem como valores da universidade antenada com o século XXI.

De modo semelhante, surge o desafio de equacionar na instituição conhecimentos disciplinares e mit(multi-inter-trans) disciplinares. Desafio nada desprezível em uma instituição milenar estruturada de maneira disciplinar. A necessidade de absorver, inclusive institucionalmente e de modo colaborativo, tais formatos de conhecimento guarda relação íntima com a possibilidade da Universidade se conformar como efetivamente contemporânea. Conciliar e combinar na sua institucionalidade conhecimentos disciplinares que mantém sua relevância e validade, com os novos conhecimentos mitdisciplinares florescem umas das maiores questões atuais que perpassam a instituição universitária.

A instituição universitária, milenar no mundo e apenas centenária no Brasil, enfrenta na contemporaneidade múltiplos desafios.

Alguns deles antigos, mas hoje atualizados em horizontes que os potencializam, a exemplo da inserção internacional do conhecimento, agora inscrita em um mundo glocal, no qual os fluxos se realizam cotidianamente de modo planetário em tempo real. A universidade sempre funcionou alicerçada em parâmetros e relações internacionais. A contemporaneidade acentua o caráter cosmopolita da instituição e, simultaneamente, demanda, cada vez mais, sua integração local, como instituição comprometida com o desenvolvimento e a democracia de sua sociedade.

Outros desafios são constantemente renovados como ocorre na formação profissional em um ambiente de velozes transformações sociotecnológicas, que destrói e cria profissões. Tais mutações não podem jamais esquecer o dever “ser utópico” de práticas, teorias e valores inerentes à qualificada formação e ao exercício profissional, em uma ótica de compromisso cidadão. A Universidade não pode formar para o mercado, como muitos insistem apressadamente, pois o mercado de trabalho se encontra em acelerada mudança. A Universidade deve ter capacidade de antever as transformações sociotecnológicas do mundo do trabalho. Ela não pode estar aprisionada às modalidades existentes de exercício profissional, com suas perfeições e imperfeições, mas ser capaz de lidar com o trabalho profissional, no limite máximo possível, de qualidade técnica e exigência ética.

O conhecimento contemporâneo, em mutação acelerada, introduz um novo componente na vivência universitária. A articulação entre ensino, pesquisa e extensão, necessita ser completada com a perspectiva de uma educação permanente. Ou seja, o compromisso da universidade pública com o constante retorno dos ex-alunos para atualizações do conhecimento, imprescindíveis a cidadãos e profissionais sintonizados com as exigências da atualidade. Ao tripé ensino, pesquisa e extensão,

que identifica a Universidade, parece necessário acrescentar, além de sua atividade de graduação e pós-graduação, outro componente voltado à educação permanente dos profissionais no mundo contemporâneo. Não se forma mais profissionais para o resto da vida, como antes, mas profissionais que requerem uma continuada atualização, devido à vertiginosa mutação do conhecimento na contemporaneidade.

O velho desafio da formação técnica articulada com a humanística, cultural e científica retorna para além dos estritos anos de graduação universitária (READINGS, 2002). A abertura da instituição para o reconhecimento oriundo de fora da universidade se torna desafio para sua melhor conexão com a sociedade e as múltiplas modalidades de conhecimento existentes no presente. É indispensável ser consciente que a escola e a Universidade já não detêm o monopólio do conhecimento no mundo atual. Ele, o conhecimento, é produzido e transmitido por diferenciadas instituições e redes, a exemplo dos meios de produção e difusão de bens culturais (CERTEAU, 1995). Tal reconhecimento floresce como requisito para viabilizar uma universidade aberta a seu entorno imediato e longínquo. A abertura para o reconhecimento e encontro de saberes interpela a Universidade que se deseja contemporânea. Diálogo intercultural, promoção e preservação da diversidade cultural aparecem como valores da universidade antenada com o século XXI.

De modo semelhante, surge o desafio de equacionar na instituição conhecimentos disciplinares e mit(multi-inter-trans) disciplinares. Desafio nada desprezível em uma instituição milenar estruturada de maneira disciplinar. A necessidade de absorver, inclusive institucionalmente e de modo colaborativo, tais formatos de conhecimento guarda relação íntima com a possibilidade da Universidade se conformar como efetivamente contemporânea. Conciliar e combinar na sua institucionalidade conhecimentos disciplinares que mantém

sua relevância e validade, com os novos conhecimentos mitdisciplinares florescem umas das maiores questões atuais que perpassam a instituição universitária.

Por fim, emerge o desafio de retomar seu papel de intelectual público (JACOBY, 1990), com a discussão de grandes temas da sociedade, agora em um horizonte glocal. Tomada por uma dinâmica especializada, a Universidade se afastou de uma interação mais aberta com a população não acadêmica e, por conseguinte, quase abandonou o debate mais amplo dos temas públicos presentes nas agendas de suas comunidades. Um desafio atual da instituição universitária aparece como capacidade de combinar a alta qualidade do conhecimento produzido e transmitido, com a qualidade de sua intervenção pública junto a públicos não acadêmicos. Dessa combinação depende em muito a percepção da relevância social da instituição, essencial em tempos de ataques à Universidade como se vive hoje.

O tema da cultura na Universidade floresce em diversos dos desafios anotados acima. Mas a cultura surge também como desafio singular e vital a ser enfrentado pelas instituições universitárias, que criam, transmitem e desenvolvem inúmeras atividades culturais no seu cotidiano. Apesar disto, elas não reconhecem em um patamar institucional adequado o seu papel cultural e, por conseguinte, terminam por não se conceber em plenitude como instituição cultural que são. Enquanto no campo da ciência e da pesquisa, as universidades possuem políticas, estruturas e recursos alocados especificamente, o mesmo não ocorre com o campo cultural. Este, com raras exceções no Brasil, por meio de suas inúmeras atividades, permeia muitos lugares universitários, sem que tal presença se traduza em políticas, estruturas e recursos focados e adequados à dimensão dessas atividades. As universidades sequer possuem um conhecimento mais sistemático das atividades culturais que realizam na sua atuação em cultura. Assim,

o tema da cultura se afirma como crucial desafio para a Universidade, como se verá neste texto.

Em sua existência milenar, a instituição universitária já assumiu muitas configurações, desempenhou variadas finalidades e manteve diversos tipos de relacionamentos com a sociedade (MINOGNE, 1981; FARIA, 2003). Não cabe no presente texto acompanhar toda essa rica trajetória humana e social. É necessário apenas assinalar que hoje a Universidade, em especial a pública, necessita desenvolver um complexo e permanente enlace com a sociedade, em sintonia fina e compromisso com a democracia e o desenvolvimento sustentável da nação e do mundo. É necessário lembrar que, enquanto instituição pública mantida por impostos pagos pela população, a Universidade busca ser legitimada socialmente. Neste sentido, seu trabalho deve ser considerado relevante pela população. O conhecimento produzido, os cidadãos formados, as atividades de ensino, pesquisa, extensão, educação permanente e gestão realizadas, a ciência e a cultura desenvolvidas servem de indicadores e balizadores desta complexa relação social, que reivindica uma espécie de reinvenção da instituição universitária para o século XXI (SANTOS, 1997). O presente texto se debruça especificamente sobre um destes laços, aquele configurado entre universidade, cultura e políticas culturais.

Universidade (pública) e cultura no Brasil

A universidade brasileira nasce no século XX, tardiamente. Ela tem apenas uma centena de anos. Existência nada significativa se comparada à história milenar da instituição no mundo ou mesmo à sua trajetória na América Hispânica, que, na época das suas independências, já possuía mais de 30 universidades, algumas delas fundadas no século XVI, como a de San Marcos, instalada em Lima, no Peru, no ano de 1551.

O atraso da instituição universitária no

Brasil denuncia a parca importância das classes dominantes com o tema da educação no país. Além de tardia, a universidade foi e ainda é vítima permanente de atentados e repressão, como aconteceu com a Universidade do Distrito Federal, nos anos 1930, e Universidade de Brasília na década de 1960. Apesar dessa convivência difícil, a universidade pública brasileira conseguiu se desenvolver e consolidar em um patamar científico e cultural bastante expressivo, sendo responsável hoje pela quase totalidade da pesquisa no país e por uma interessante presença cultural. Cabe destacar seu papel na resistência contra autoritarismos e em favor da democracia e das liberdades, condição essencial para exercer sua autonomia.

A atuação cultural da universidade ocorre em múltiplas dimensões. Em um sentido amplo, a formação de todos seus estudantes implica no acionamento de culturas humanísticas e técnicas, quaisquer que sejam suas áreas de conhecimento. Nesta perspectiva ampliada da noção de cultura, toda atividade educativa é cultural, pois transmite aos alunos saberes gerais e especializados, ligados aos respectivos cursos. Em um horizonte mais delimitado, a cultura está presente em determinados espaços acadêmicos da universidade, sob a modalidade de: artes, patrimônio, museus, estudos culturais, políticas e gestão culturais, culturas populares, culturas digitais, bibliotecas, gastronomia, moda e em áreas temáticas específicas dedicadas à cultura em diferentes disciplinas, tais como: administração, antropologia, ciências da informação, comunicação, direito, economia, educação, filosofia, geografia, história, letras, psicologia, sociologia, dentre outras.

No horizonte conceitual mais restrito da cultura, a universidade desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ela possui um conjunto de cursos de formação graduada e pós-graduada voltado para campos culturais em sentido delimitado, envolvendo artes, patrimônio e outros registros culturais. A univer-

cidade realiza investigações sobre cultura em suas unidades disciplinares e mitdisciplinares, além de possuir, muitas vezes, centros de pesquisa vocacionados especialmente à temática. No campo da extensão, a instituição oferece um conjunto de atividades dedicadas à cultura em suas diferentes unidades e, variadas vezes, dispõe de equipamentos (auditórios, centros culturais, cinemas, editoras, galerias, publicações, museus, salas de exposição, teatros etc.) e de corpos estáveis (orquestras, corais e grupos artísticos e culturais voltados para capoeira, culturas populares, dança, música, teatro, artes visuais, audiovisual, dentre outros possíveis). Esse universo – cuja envergadura varia conforme as instituições – possibilita um desempenho bastante amplo e complexo no campo cultural.

Cabe ressaltar que sua atuação se verifica em diferentes momentos da dinâmica cultural. A universidade, no âmbito da cultura, pode intervir na: criação, transmissão, difusão, distribuição, veiculação, preservação, consumo, pesquisa, crítica, curadoria, organização e legitimação. Ou seja, todo ciclo da cultura pode ser mobilizado por ela, dada a sua complexidade e envergadura potenciais nesse registro. O público de suas atividades culturais pode estar circunscrito ao ambiente interno, com seus estudantes, funcionários e professores, ou atingir a sociedade nas quais ela está inserida. No mundo global em que se vive hoje, esse público externo pode estar além das fronteiras das comunidades do entorno geográfico da instituição. O público pode se localizar à distância, conectado pelas redes, inclusive culturais, que proliferam na universidade.

Todo esse potencial de múltiplas atividades culturais não tem sido capaz, na grande maioria das universidades brasileiras, de ensejar uma atuação mais coordenada, conformando políticas culturais específicas. A ausência de uma atuação

mais articulada rebaixa o potencial da intervenção cultural da universidade. A dispersão não só deprime a envergadura da atuação, ela inibe a desejada colaboração acadêmica universitária, ocasiona atividades redundantes, amplia custos e reduz seus impactos.

No cenário internacional não é preciso recorrer a experiências em universidades nos países dominantes. Existem experimentos interessantes de relações entre universidade, cultura e políticas culturais em nações próximas, em termos de situação e vizinhança, inclusive sul-americanas. A Universidade de Antioquia na Colômbia, por exemplo, instituiu seu primeiro plano de cultura entre 2006-2016 (UNIVERSIDAD DE ANTIOQUIA, 2007). A experiência transbordou a instituição e incentivou a participação em diferentes projetos de elaboração de planos de políticas culturais na cidade de Medellín, no departamento de Antioquia e, em um trabalho em redes, envolvendo 28 organismos estatais, desenhou uma proposta de política cultural para as instituições de ensino superior da Colômbia (PRIMER ENCUENTRO NACIONAL DE INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN SUPERIOR, 2008)².

A evocação dessa experiência próxima torna desnecessária uma visita mais sistemática às outras semelhantes. A lembrança da Colômbia serve para apontar e incentivar novos horizontes possíveis para os enlaces entre Universidade e cultura no Brasil, foco deste texto. A necessidade da elaboração de políticas culturais nas universidades brasileiras, especialmente nas públicas, ganha força, inclusive pelo conhecimento de experimentos internacionais, mas também – e principalmente – pela mobilização de suas comunidades universitárias que passam a perceber a importância das universidades de se assumirem mais claramente como instituições culturais. Nada casual que inúmeros

2. María Adelaida Jaramillo González (2011) traça e atualiza essa interessante trajetória de articulação entre universidade, cultura e políticas culturais na Colômbia no texto “O planejamento cultural a partir da abordagem de redes: um olhar baseado na experiência de formulação de políticas culturais na Colômbia, da Universidade de Antioquia”.

eventos movimentem hoje as universidades nesta perspectiva. Atividades e encontros acontecem em universidades públicas estaduais (a exemplo de Maringá, Londrina, São Paulo), em instituições federais (como Tocantins, Uberlândia, Santa Catarina, Cariri), e em eventos como os Encontros de Estudos Multidisciplinares em Cultura, que acolheram um simpósio sobre Cultura e Universidade, em 2016, e foram palco de reuniões da rede nacional de produtores culturais das universidades em 2017 e 2018.

Desde a separação, em 1985, do Ministério da Educação em Cultura em dois ministérios distintos (Educação e Cultura), eles não conseguiram desenvolver parcerias básicas, mantendo uma tradição de distanciamento já existente no antigo ministério conjunto. De 2013 em diante, os ministérios começaram a superar este esgarçamento por meio de iniciativas conjuntas, a exemplo dos programas Mais Cultura nas Escolas e Mais Cultura nas Universidades, propostas importantes, mas ainda tímidas frente à envergadura da separação existente e às necessidades de cooperação e entrelaçamento demandadas entre cultura e educação. O programa Mais Cultura nas Universidades reafirmou o papel cultural das instituições universitárias federais, mas ao apoiar primordialmente projetos de atividades e colocar como exigência anexa a elaboração de um plano universitário de cultura, mesmo sem ter essa intenção, tornou a obrigatoriedade mera formalidade, muitas vezes, cumprida de modo burocrático e não democrático-participativo, como requer um verdadeiro plano de cultura universitário.

Cabe registrar também a realização do primeiro “Seminário Cultura e Universidade”, em Salvador, em abril de 2013, que reuniu mais de 300 participantes entre professores, pesquisadores, estudantes e gestores culturais (ROCHA, 2018). Com o golpe midiático-jurídico-parlamentar de 2016 as iniciativas conjuntas dos Ministérios sofreram fortes discontinuidades, a exemplo do que ocorreu com políticas

de educação e de cultura no país.

A aprovação do Plano Nacional de Cultura (2010-2020) igualmente serviu para animar as interações entre cultura e educação no país. Além de inúmeras metas voltadas para a área de formação em cultura, inscritas no plano, a própria existência do PNC e sua previsão federativa de desenvolvimento de planos setoriais, estaduais e municipais de cultura, parece configurar um fator estimulante para que as instituições universitárias começassem a antever igualmente a necessidade de construção de planos de cultura, agora em níveis universitários. Caberia aqui uma investigação acerca das relações entre o PNC e o nascimento da preocupação nas instituições de ensino superior com a temática das políticas culturais. A conformação destes planos pode, por outro lado, contribuir para a expansão da lógica de elaboração de planos de cultura na sociedade brasileira e, assim, fortalecer o próprio PNC e a construção de sua segunda edição (2020-2030).

Universidade, políticas e planos de cultura

Antes de discutir os requisitos para uma política cultural universitária, é preciso definir o que se está entendendo por políticas culturais. Se é possível afirmar que o diálogo entre cultura e política tem larga existência histórica, o mesmo fato não ocorre com a existência das políticas culturais. Enquanto a conjunção cultura e política tem se caracterizado pela utilização da cultura como instrumento da política, buscando a concretização de uma finalidade política, as políticas culturais, como singular relacionamento entre cultura e política, supõem uma radical inversão: agora a cultura se apresenta como finalidade e a política como instrumento usado para a concretização de fins culturais. Tal inversão só nasceu com vitalidade em meados do século XX na história da humanidade. Ainda que os autores discutam os acontecimentos geradores de tal inversão, a maioria deles imagina

que as políticas culturais surgem entre os anos 30 e 50 do século passado. O maior marco de referência se confunde com a inauguração, em 1959, do Ministério dos Assuntos Culturais, dirigido pelo escritor André Malraux. Desse modo, alguns autores, a exemplo de Philipe Urfalino, falam das políticas culturais como invenção francesa (URFALIUNO, 2004).

Independente da discussão acerca do surgimento do conceito de políticas culturais, pode-se afirmar que as políticas culturais contemplam um conjunto articulado, continuado e sistemático de ações e formulações, que implicam em diretrizes, metas e atividades. Elas requerem legislações, normas e rotinas e mobilizam recursos institucionais, materiais, legais, humanos e financeiros. Toda esta plêiade de esforços visa desenvolver a dimensão simbólica da sociedade; atender as necessidades culturais da população; assegurar cidadania e direitos culturais; e possibilitar hegemonia para manter ou transformar a vida societária. As políticas culturais obedecem, de modo explicitado ou não, um ciclo de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação. Por fim, para tomarem um caráter público, as políticas culturais necessitam preencher dois requisitos fundamentais: serem submetidas ao crivo do debate público capaz de forjar deliberações também públicas. Deste modo, as políticas deixam de ser meramente estatais e passam a ser efetivamente públicas. Em *Resumo*, para que existam políticas culturais em sentido substantivo tais características devem estar presentes. Cabe registrar, por fim, a dívida desta elaboração conceitual com o estudioso Néstor García Canclini (1987; 2001).

Com base na noção acionada acima, pode-se propor que o desenvolvimento de políticas culturais nas universidades pressupõe a definição e construção de instâncias, normas, infraestruturas, orçamentos e pessoal específico, que imaginem, coordenem e realizem as atividades culturais em sintonia com as políticas formuladas. A elaboração da política, por seu

turno, para ser democrática e representativa, requer a realização de um amplo e participativo diagnóstico cultural de toda universidade, que contemple sua diversidade de atividades de formação, estudos e atuação culturais. O diagnóstico se apresenta como peça básica para a tessitura dialogada, democrática e participativa das políticas culturais universitárias. Tão importante quanto a capacidade de realizar um rigoroso diagnóstico, o processo de discussão, plural e sincero, deve ser capaz de definir e construir prioridades. Ou seja, produzir um horizonte para o plano de cultura da universidade, documento que expressa e sintetiza suas políticas culturais.

O plano cultural contempla, de modo articulado e colaborativo, a atuação cultural destinada ao ambiente universitário e aquela voltada para comunidades da sociedade, que dialogam com a instituição. A comunidade universitária reúne professores, funcionários técnicos e administrativos, estudantes e, em sentido mais extenso, antigos participantes dela: ex-alunos, ex-professores e ex-funcionários, bem como familiares de toda esta ampla comunidade. Em geral, ela está atendida de modo disperso pela atuação cultural da universidade. Com a política cultural se busca uma interação mais ampla e sistemática. A outra, complementar a face da política cultural universitária, se volta para os públicos que interagem com a instituição, seja por sua proximidade geográfica, seja por seu acercamento acadêmico, seja por difusos e plúrais interesses culturais.

Definidas democraticamente as políticas culturais universitárias, o plano necessita conter, de modo cristalino, diretrizes, metas a serem atingidas em determinado tempo, programas e projetos. Os programas e projetos devem ser criativos para traduzir de modo concreto as políticas culturais sempre formuladas em tons abstratos e genéricos. Indispensável que fiquem evidentes as rotinas e as instâncias de discussão, deliberação, execução, acompanhamento e avaliação. Elas precisam ter o suporte adequado para seu

satisfatório desenvolvimento. As infraestruturas (instalações e equipamentos) necessitam ser definidos e mantidos cuidadosamente. Legislações e normas devem ser construídas de maneira satisfatória. O plano deve prever o pessoal envolvido, garantir procedimentos de sua capacitação e qualificação continuados, bem como a ampliação do quadro, quando for exigido. Não podem deixar de estar contemplados os orçamentos e as possibilidades de captação de recursos financeiros para a atuação cultural.

O plano cultural da universidade abrange ainda, em associação com o setor responsável pela comunicação, o equacionamento da divulgação das atividades culturais no interior e no exterior da instituição. A comunicação precisa ser tomada como fator primordial que baliza o sucesso ou o fracasso de eventos e produtos. A ação cultural demanda e permite a cooperação com outras organizações, em especial aquelas filiadas ao campo cultural. O plano universitário busca evidenciar os possíveis vínculos de trabalhos conjuntos, anotando os dispositivos e as redes culturais a serem acionadas e constituídas. As atividades previstas no plano de cultura não podem reduzir-se a eventos e produtos, por mais relevantes que sejam, mas abranger, além deles, um elenco complexo de possibilidades de atuação: cursos, estudos, pesquisas, seminários, palestras, críticas, publicações, serviços, assessoramentos, consultorias etc. Especial atenção se volta para a formação de agentes culturais, nas suas mais variadas modalidades (artistas, pessoal de patrimônio, gestores, produtores, curadores, animadores etc.), e para a formação de públicos culturais, adstritos à comunidade universitária ou provenientes das áreas de interação da instituição. A universidade ocupa um lugar decisivo na constituição de públicos e plateias críticas para o campo cultural. As atividades inscritas no plano têm caráter permanente ou eventual. Todas elas necessitam estar registradas e divulgadas em uma agenda que exprima o calendário cultural da universidade.

Cultura, universidade e sociedade

As políticas e planos culturais das universidades na sua configuração efetiva não se circunscrevem aos seus âmbitos institucionais. Mesmo no Brasil, com as políticas culturais universitárias ainda em seu início, já existem experimentos ricos de articulação cultural de universidades. Eles têm diferentes constituições e denominações, a exemplo de corredores ou redes culturais. É impossível neste texto anotar e analisar todas estas iniciativas. A título de exemplo, em um universo certamente maior e plural, cabe traçar algumas linhas acerca da Rede de Formação e Qualificação em Cultura, experiência desenvolvida por iniciativa da Secretaria Estadual de Cultura da Bahia, em conjunto com diferentes organizações, dentre elas todas as universidades públicas, federais e estaduais, que atuam no estado da Bahia. O exemplo deve ser tomado como horizonte de possibilidades que se abre hoje com vistas à atualização e ao aprimoramento das complexas relações entre universidade e cultura.

A rede envolveu em sua composição organizações bastante variadas: Ministério da Cultura, secretarias estaduais (Cultura; Educação; Casa Civil; Trabalho, Emprego e Renda), universidades públicas que têm atividades na Bahia (seis federais e quatro estaduais), os dois institutos federais de educação baianos, entidades vinculadas ao Sistema S, e organizações da sociedade civil dedicadas às áreas de educação e cultura. Como a denominação da rede já indica, ela tinha por objetivo precípua a formação e qualificação no campo da cultura. Nas conferências culturais nacionais (2005, 2010 e 2013), estaduais (2007, 2009, 2011 e 2013), e em muitas setoriais, territoriais e municipais (também realizadas em 2007, 2009, 2011 e 2013 na Bahia), bem como no Plano Nacional de Cultura, instituído em 2010, a formação em cultura aparece como uma das demandas mais

priorizadas pela comunidade cultural brasileira e baiana. Deste modo, a constituição da rede atendeu a reivindicação reiterada do meio cultural.

A rede, que se reunia periodicamente a cada dois meses, possibilitou a construção, no âmbito da Secretaria de Cultura, do Programa de Formação e Qualificação em Cultura, com seus objetivos e mecanismos definidos para o enfrentamento das temáticas inerentes a esse registro de atuação. A existência do programa possibilitou a criação de editais de apoio focados na formação e qualificação em cultura, por meio dos quais, universidades, institutos federais, organizações da sociedade civil e agentes culturais, mesmo não participantes da rede, puderam propor projetos de formação e capacitação culturais para serem apoiados pelo Fundo de Cultura do Estado da Bahia, depois de devidamente submetidos, avaliados, selecionados e aprovados por comitê, composto de especialistas baianos e de diversos estados brasileiros, em parte indicados pelo Conselho Estadual de Cultura da Bahia. O comitê de avaliação e seleção teve seus membros renovados a cada ano, visando arejar constantemente o processo de avaliação e seleção (CÔRTEZ; BEZERRA, 2016).

A atuação da rede não se circunscreveu apenas ao programa e aos editais de formação e qualificação em cultura. Ela funcionou como significativo espaço para discussão das políticas culturais voltadas à formação e capacitação e, mais que isto, ela serviu como protagonista e incentivadora de diversas outras iniciativas, a exemplo da realização do I Encontro Baiano de Formação e Qualificação em Cultura, em 2012, na cidade de Salvador, e especialmente da discussão e criação de vários cursos nas próprias universidades, inclusive com a instalação de um campus todo vocacionado para esta área. Aliás, este era um dos objetivos da constituição da rede: a ampliar o espaço acadêmico voltado à cultura nas universidades baianas. Nesta perspectiva, a rede permitiu a concretização de

diferentes iniciativas. Algumas delas podem ser citadas, a título de exemplos. A Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) instalou em Santo Amaro – cidade materna de Caetano Veloso, Maria Bethânia, Assis Valente, Emanuel Araújo e Roberto Mendes, dentre outros – o Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas, com atividades de ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão em cultura. A Universidade Estadual da Bahia (UNEB) passou a oferecer um curso de especialização em gestão cultural no campus de Eunápolis. A Universidade Federal da Bahia (UFBA) criou o curso de mestrado em Museologia, a partir de conversas envolvendo a Secretaria de Cultura da Bahia, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e os cursos de graduação em Museologia da UFBA e da UFRB.

A rede teve sua atuação focada e restrita à formação e qualificação da cultura, ainda que suas ressonâncias pudessem ser sentidas para além do estrito registro do ensino, como ocorreu na pesquisa e mesmo na extensão. Apesar da atenção privilegiada na formação, ela pode ser tomada como um exemplo das ricas alternativas possíveis de articulações inovadoras entre universidade e cultura. Articulações no âmbito da pesquisa e da extensão, a exemplo de projetos colaborativos entre instituições universitárias de redes de pesquisa, de publicações conjuntas, de encontro em parceria, de programas de circulação de seus grupos culturais, de compartilhamento de seus espaços culturais podem ilustrar a rica gama de possíveis conexões entre universidade, cultura e políticas culturais.

Considerações finais

A discussão dos enlaces entre cultura, universidades e políticas culturais, por certo, depende da mobilização da instituição e da comunidade universitária no enfrentamento da estranha combinação que reúne uma dispersão significativa de atividades culturais realizadas e a

ausência de articulação, conhecimento e reconhecimento, delas, por meio de políticas e planos de cultura. Ela passa, antes de mais nada, pela predisposição política da instituição de se encarar efetivamente como instituição cultural, o que requer que a cultura seja considerada e cuidada por meio de uma política democrática construída de modo participativo, como ocorre, por exemplo, muitas vezes, no âmbito do ensino e da ciência, pesquisa e tecnologia.

Apontar a iniciativa como dependendo da vontade política da instituição e de sua gestão político-acadêmica não significa esquecer que o contexto sociopolítico igualmente desempenha papel significativo para o desenvolvimento das políticas culturais universitárias. O ambiente ocupa lugar nada desprezível para favorecer ou dificultar a formulação e, em especial, implementação das políticas e planos culturais.

As circunstâncias atuais brasileiras, desde o golpe midiático-jurídico-parlamentar de 2016, têm se mostrado muito adversas à cultura, à ciência e tecnologia, à educação e às universidades. A tentativa de extinção do Ministério da Cultura logo que Temer tomou o poder, bloqueada pela firme resistência do campo cultural; a descaracterização do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação; os cortes de orçamento e de programas essenciais nestas áreas, na educação e nas universidades demonstram o descaso das classes dominantes brasileiras com estes campos vitais para o desenvolvimento nacional, a superação das imensas desigualdades sociais e o retorno e consolidação da democracia no Brasil. Além dessas políticas contra a cultura, a ciência e tecnologia, a educação e a universidade, outras foram implementadas

atingindo fortemente direitos sociais, políticos e culturais da população brasileira.

O ataque aos direitos veio acompanhado de um dilacerante clima de ódio, produzido de modo cotidiano pela grande mídia, por setores do poder judiciário e do Ministério Público. Este clima atenta contra as liberdades e “autoriza” agressões bárbaras, em especial, contra os diferentes e mais frágeis. Certamente este contexto não se mostra salutar para a cultura, ciência, educação, universidade, democracia e sociedade brasileiras. Os avanços das políticas culturais, científicas, educacionais e sociais desenvolvidos nos governos Lula e Dilma (2003-2016) sofrem retrocessos brutais desde 2016, com o golpe midiático-jurídico-parlamentar. As diversidades sociais e culturais, que constituem o Brasil e que foram objeto de interessantes políticas públicas, encontram-se em perigo com o autoritarismo imposto pelas classes dominantes e sua tentativa de restaurar no Brasil a antiga Casa Grande, que tanto discriminou e excluiu a maior parte da população brasileira.

O contexto difícil assinalado antes de bloquear a discussão crítica, a formulação e o desenvolvimento de políticas de cultura nas universidades, mesmo reconhecendo que ele cria grandes dificuldades para sua construção, pelo contrário, pode servir de alimento para mutações na universidade no sentido de buscar uma inserção mais democrática e mais próxima da sociedade, das questões mais presentes na agenda a ser enfrentada. As políticas e planos de cultura podem produzir uma sintonia fina entre universidade e sociedade, tão imprescindível para o desenvolvimento e a democratização do Brasil.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, I. Cultura e universidade: reconstituindo as trajetórias dos diálogos institucionais. In: BOTELHO, I. **Dimensões da cultura: políticas culturais e seus desafios**. São Paulo: Edições SESC, 2016. p. 73-79.

CERTEAU, M. As universidades diante da cultura de massas. In: CERTEAU, M. **A cultura no plural**. Campinas: Papirus, 1995. p. 101-121.

CÔRTEZ, C. N.; BEZERRA, L. A formação como desafio coletivo nas políticas de cultura da Bahia e do Brasil. In: RUBIM, A. B. C. (Org.). **Cultura e políticas culturais na Bahia**. Itajaí: Casa Aberta, 2016. p. 21-33.

FARIA, L. L. **Universidade e cultura**. Lisboa: Universidade Católica, 2003. 160 p.

GARCIA CANCLINI, N. Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano. In: GARCIA CANCLINI, N. (Org.) **Políticas culturales en América Latina**. Buenos Aires: Grijalbo, 1987. p. 13-59.

GARCIA CANCLINI. Definiciones en transición. In: MATO, D. (Org.) **Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales em tiempos de globalización**. Buenos Aires: Clacso, 2001. p. 57-67.

GONZÁLEZ, M. A. J. O planejamento cultural a partir da abordagem de redes: um olhar baseado na experiência de formulação de políticas culturais na Colômbia, da Universidade de Antioquia. In: CALABRE, L. **Políticas culturais: teoria e práxis**. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011, p. 62-95.

JACOBY, R. **Os últimos intelectuais**. São Paulo: Edusp: Trajetória, 1990. 288 p.

MINOGUE, K. **O conceito de universidade**. Brasília: Editora da UnB, 1981. 171 p.

PRIMER ENCUENTRO NACIONAL DE INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN SUPERIOR. **Fundamentos de una política cultural para le educación superior en Colombia**. Medellín: Imprenta Universidad de Antioquia, 2008.

READINGS, B. **Universidade sem cultura?** Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2002. 92 p.

RIBEIRO, A. P. A universidade contra a cultura. In: RIBEIRO, A. P. **Ser feliz é imoral: ensaios sobre cultura, cidades e distribuição**. Lisboa: Cotovia, 2000. p. 19-23.

ROCHA, S. **Da imaginação à constituição: a trajetória do Sistema Nacional de Cultura de 2002 a 2016**. 2018. 517 f. Tese (Doutorado) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais para a UFBA. **A Tarde**, Salvador, p. A-3, set. 2016.

RUBIM, A. A. C. Dilemas culturais da universidade na atualidade. In: RUBIM, A. A. C. (coord.) **A ousadia da criação: universidade e cultura**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 147-163.

SANTOS, B. S. Da ideia de universidade a universidade de ideias. In: SANTOS, B. S. **Pela mão de**

Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1997. p. 187-233.

UNIVERSIDAD DE ANTIOQUIA. **Plan de cultura 2006-2016:** la cultura: un fundamento de una universidad pertinente. Medellín: Universidad de Antioquia, 2007. 102 p.

URFALINO, P. **L'invention de la politique culturelle.** Paris: Hachette, 2004. 432 p.